



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

229

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO nº 0127029-12.2005.8.17.0001 (0281332-9)

EMBARGANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco - FUNAPE

PROCURADOR: Thiago Arraes de Alencar Norões

EMBARGADO: Dirce Veloso dos Santos e outros

ADVOGADO: José Omar de Melo Júnior PE014413

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO. MILITAR. GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. OMISSÃO REFERENTE AOS ARTS. 40, §§7º E 8º, E 37, X, DA CF. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS.

-Trata-se de Embargos de Declaração contra acórdão unânime, exarado nos autos do Recurso de Agravo em Apelação nº0281332-9, que negou provimento ao recurso de agravo (fls. 203).

-O embargante, em suas razões, alega haver omissões no acórdão recorrido, sendo o esclarecimento necessário para fins de prequestionamento. Afirma que o acórdão deixou de debater sobre os arts. 40, §§7º e 8º e 37, X, da Constituição Federal.

-Cumpre mencionar que a suposta omissão referente ao art. 40, §§7º e 8º, da Constituição Federal, já foi decidida e suficientemente fundamentada. A intenção de rediscutir matéria já decidida no julgamento do recurso de agravo não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração.

-Com relação aos §§7º e 8º do art. 40, da Constituição Federal, observa-se que foram trazidos pelo embargante, alegando que não podem ser aplicados ao caso, visto que a Gratificação de Policiamento Ostensivo possui caráter *propter laborem*. Houve manifestação explícita acerca de tal matéria, em decisão terminativa, na qual foi, inclusive, colacionado o entendimento pacífico desde Egrégio Tribunal de Justiça, nos seguintes termos (fls.161/162 dos autos do Recurso de Agravo nº0281332-9):

"Desta feita, sendo a gratificação de Policiamento Ostensivo instituída como atividade fim da Polícia Militar do Estado, foi elevada à categoria de gratificação geral, o que a estende a todos os servidores militares, inclusive pensionistas e inativos, sob pena de afronta ao princípio da isonomia.

Neste sentido, firmou-se entendimento hoje pacífico neste Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, e conforme precedentes abaixo colacionados: (...) Recurso de Agravo 154407-2/01, Relator Des. João Bosco Gouveia de Melo, 7CC, Julgado em 21.10.2008 ; AgRg no AREsp 180.283/PE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 23/11/2012."

-Quanto à questão da ofensa à legalidade estrita (art. 37, X, da Constituição Federal) entendo que o acórdão proferido em sede de Recurso de Agravo não se pronunciou acerca de tal matéria.

-A inserção da Gratificação de Policiamento Ostensivo nos proventos dos inativos não se trata de aumento de remuneração, mas sim, de atender à regra constitucional de paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas. Deste modo, não há ofensa ao princípio da legalidade estrita (art. 37, X, da Constituição Federal), visto que o mesmo não se aplica ao caso em análise.

-Por unanimidade, deu-se provimento parcial aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração em Recurso de Agravo, nº0281332-9, que figura como embargante a Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco e como embargado Dirce Veloso dos Santos e outros.

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em dar provimento parcial aos Embargos de Declaração interpostos, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 29/05/14

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

230
~

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO nº 0127029-12.2005.8.17.0001 (0281332-9)

EMBARGANTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco - FUNAPE

PROCURADOR: Thiago Arraes de Alencar Norões

EMBARGADO: Dirce Veloso dos Santos e outros

ADVOGADO: José Omar de Melo Júnior PE014413

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração contra acórdão unânime, exarado nos autos do Recurso de Agravo em Apelação nº0281332-9, que negou provimento ao recurso de agravo (fls. 203).

O embargante, em suas razões, alega haver omissões no acórdão recorrido, sendo o esclarecimento necessário para fins de prequestionamento. Afirma que o acórdão deixou de debater sobre os arts. 40, §§7º e 8º e 37, X, da Constituição Federal.

Diante de tais argumentos, pugna o Embargante pelo conhecimento e provimento dos presentes Aclaratórios, a fim de sanar as omissões ora apontadas.

Acolhendo parcialmente esta Relatoria a insurgência do ora embargante, por razões adiante demonstradas, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o breve relatório. Passo a decidir.

VOTO

Através de acórdão unânime proferido em Recurso de Agravo, fls. 203, foi negado provimento ao recurso, estando o acórdão nestes termos:

XX

É sabido que os embargos de declaração têm como função afastar da decisão qualquer omissão necessária à solução da lide, não permitir a obscuridade, por acaso identificada, e extinguir qualquer contradição entre a premissa argumentada e a conclusão.

Cumpra mencionar que a suposta omissão referente ao art. 40, §§7º e 8º, da Constituição Federal, já foi decidida e suficientemente fundamentada. A intenção de rediscutir matéria já decidida no julgamento do recurso de agravo não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração.

Com relação aos §§7º e 8º do art. 40, da Constituição Federal, observa-se que foram trazidos pelo embargante, alegando que não podem ser aplicados ao caso, visto que a Gratificação de Policiamento Ostensivo possui caráter *propter laborem*. Houve manifestação explícita acerca de tal matéria, em decisão terminativa, na qual foi, inclusive, colacionado o entendimento pacífico desde Egrégio Tribunal de Justiça, nos seguintes termos (fls.161/162 dos autos do Recurso de Agravo nº0281332-9):

"Desta feita, sendo a gratificação de Policiamento Ostensivo instituída como atividade fim da Polícia Militar do Estado, foi elevada à categoria de gratificação geral, o que a estende a todos os servidores militares, inclusive pensionistas e inativos, sob pena de afronta ao princípio da isonomia.

Neste sentido, firmou-se entendimento hoje pacífico neste Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, e conforme precedentes abaixo colacionados: (...) Recurso de Agravo 154407-2/01, Relator Des. João Bosco Gouveia de Melo, 7CC, Julgado em 21.10.2008 ; AgRg no AREsp 180.283/PE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 23/11/2012."



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Quanto à questão da ofensa à legalidade estrita (art. 37, X, da Constituição Federal) entendo que o acórdão proferido em sede de Recurso de Agravo não se pronunciou acerca de tal matéria. Fica constatada, portanto, a hipótese de omissão, que ora supro.

A inserção da Gratificação de Policiamento Ostensivo nos proventos dos inativos não se trata de aumento de remuneração, mas sim, de atender à regra constitucional de paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas. Deste modo, não há ofensa ao princípio da legalidade estrita (art. 37, X, da Constituição Federal), visto que o mesmo não se aplica ao caso em análise.

Diante de todo exposto, suprimindo a omissão apontada, **dou provimento parcial** aos presentes Embargos de Declaração, no que pertine à alegação de ofensa ao princípio da legalidade estrita, mantendo-se incólume o acórdão embargado, nos seus demais termos.

É como voto

Recife, 29/05/14

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator